



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE JULHO DE 2019

Ata n.º 29

Aos vinte e cinco dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezassete de Julho, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 29-05-2019;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de áreas do domínio público municipal - loteamento urbano - Alvará n.º 10/1993;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, no domínio das Áreas Portuário - Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a empreitada de execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais, pelo valor base 210.000,00€ + IVA;---

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para o fornecimento contínuo de materiais em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de € 295.000,00; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para aquisição de serviços de outsourcing para desmaterialização de processos, pelo período de 1 ano, pelo preço base de 69.600,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para o fornecimento de placas de inauguração em acrílico e moleanos - 2019 e 2020, pelo preço base de 10.000,00€ + IVA; -----



PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta prévia para aquisição de serviços de manutenção de fibra ótica e levantamento do cadastro da rede de fibra ótica do Município de Albufeira, pelo preço base de 45.250,00€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de medicina no trabalho, até ao limite de 80.640,00 + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 4.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do BE, da recomendação "Agravamento do IMI para prédios devolutos;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta do BE, do Voto de "Saudação à 2.ª Marcha LGBTI + Algarve;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, o Secretário da Junta de Freguesia da Guia - José Cabanita e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: João Silva, Renato Pimenta, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago, José Cabanita e João Guerreiro.-----



Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Tomás Ramos: Leu documento. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Ivo Laranjo: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores deputados, a minha intervenção vai ao encontro do património cultural e religioso, da cidade de Albufeira, como o atual Museu de Arte Sacra, a Igreja de São Sebastião, que neste caso, a cúpula no seu exterior não está iluminada. Embora o Pároco atual e o antecessor tenham dado conhecimento. Bem como a Igreja Matriz de Albufeira, em que a sua Cruz e Torre dos Sinos não estão iluminados. A minha questão e conclusão, é quando é que se volta novamente a ver estas referências patrimoniais do povo de Albufeira iluminadas, visto estarem ligadas à iluminação pública?"-----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, muito obrigada pela presença das pessoas que fizeram intervenções. Relativamente ao Tomás, há situações que não vou responder, o senhor Presidente já pediu que deixasse por escrito essas perguntas, terá uma resposta posteriormente. Falou na questão da venda ambulante, no concurso que houve, qualquer concurso, qualquer processo avaliativo é sempre discutível, os critérios são sempre discutíveis, independentemente de quem o faça. Se um determinado grupo de pessoas fizer de uma determinada maneira para outro grupo de pessoas esses critérios não serão os mais corretos. Se for feito ao contrário, acontece a mesma coisa em sentidos opostos. O concurso já passou, no próximo concurso, eventualmente, dever-se-á ter em atenção algumas lacunas que possa ter havido neste concurso, para melhorar e o objetivo é sempre esse. Relativamente à questão do Giro, aquando da alteração, tive oportunidade de responder à Dra. Ana Vidigal, aqui nesta mesma Assembleia Municipal, que está previsto lançar o concurso, dentro de pouco tempo, que vem colmatar essas suas dúvidas, essas suas necessidades que apontou. Depois, a estrada da Guia, Vale Parra é uma estrada que já está



adjudicada, já se sabe quem é o empreiteiro e vai fazer a obra a partir do final de Setembro, princípio de Outubro. Relativamente ao troço da Avenida dos Descobrimentos, da rotunda dos golfinhos até á Ourada, não é o problema de haver poucos moradores, para mim não é importante haver poucos moradores, tanto faz haver dois mil, como dois ou como nenhum. No entanto, os caminhos rurais também merecem ser tratados, independentemente de morar lá gente ou não, porque os caminhos rurais também servem terrenos, hortas, servem o que é necessário para as pessoas passarem. Aqui o que está em causa, é que neste momento está a ser feito o projeto, não pode ser tudo feito ao mesmo tempo, mas dentro de alguns meses teremos o projeto feito para se iniciar e lançar o concurso. Relativamente ao PDM, a seu tempo haverá discussão pública. Os mapas de cadastro estarem adequados da CCDR, não sei se há essa previsão, o senhor arquiteto Eduardo que é do Diretor de Departamento do Planeamento poderá responder a isso, que é uma questão técnica. Falou a respeito de contratar a mesma empresa que fez a Rua Primeiro de Dezembro, não podemos classificar um empreiteiro por aquilo que fez no passado e por aquilo que poderá vir a fazer no futuro. Felizmente ou infelizmente, a contratação pública não permite isso, se este empreiteiro não servir numa determinada obra, não quer dizer que não sirva para outra, não podemos agir dessa maneira. Evidentemente que se este concorrente concorrer e de acordo com os critérios do concurso onde ele está a concorrer, for o primeiro, obviamente que terá de ser adjudicada a ele. Evidentemente que é mau acontecer determinadas coisas que nunca se sabe quando vêm a acontecer, independentemente de ser aquele empreiteiro ou outro. O edifício que está ao lado da GNR em Paderne, que tem umas baías para fazer a delimitação do espaço, esse edifício está para ser adquirido pela Câmara Municipal, esse processo está em andamento. Já registei a questão dos artistas locais, nomeadamente a Vanessa Barragão, para fazer a sua exposição, são sempre informações que são úteis, para além de outras coisas que registei e que peço que deixe a sua cópia. Quem tem a venda ambulante neste momento é a Vereadora Cláudia. Relativamente ao Ivo Laranjo, a questão da iluminação da Torre do Relógio e dos vários edifícios de património cultural religioso irei mandar ver isso e dentro de pouco tempo estará iluminado. A questão da aprovação de algumas urbanizações, sem haver os espaços suficientes, penso que em termos técnicos quem vai apreciar um processo na parte do urbanismo, normalmente tem sempre em conta os acessos e as larguras das vias, dos passeios, porque há normas para isso. Se disser qual



é exatamente o sítio é melhor identificar isso e verificar se existe algum problema nesse caso, evidentemente que a fiscalização tem de fazer o seu trabalho."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Tomás Ramos, pedia-lhe que ou nos entregasse ou no remetesse por email, assembleia.municipal@cm-albufeira.pt, e depois iremos remeter ao executivo para que nos remetam as respostas em concreto, para além daquelas que poderão ter sido aqui já referidas. Depois faremos o ofício com base nas suas questões à Câmara Municipal, para que nos possam remeter e para que possamos depois remeter diretamente para si."-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Roberto Raposo: "Boa noite, para chamar a atenção de umas situações que tenho visto ultimamente, por exemplo, ontem tive de ajudar uma pessoa a subir um passeio, na zona do Roja Pé. Todas as passadeiras acabam em degrau, quem vai de cadeira de rodas ou com carrinho de bebé dificilmente sobe para cima do passeio. Ontem constatei o caso de um estrangeiro, em cadeiras de rodas, que não conseguia subir o passeio. Outro ponto, é o estacionamento selvagem que continua na zona do Inatel. As pessoas com carrinho de bebés e com cadeiras de rodas têm de passar por o meio da estrada, dois autocarros não cruzam, fica o trânsito interrompido, enquanto os autocarros não conseguem fazer manobra para sair. Outro ponto, que já tinha referido aqui numa Assembleia anterior, é a continuação do abuso no uso dos passeios na zona da "Strip" da Oura. Continua a haver estabelecimentos que utilizam a totalidade do passeio, fazendo com que as pessoas passem pela estrada, porque não têm por onde passar."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Boa noite, desde já quero agradecer o apoio que o senhor Presidente teve na questão da Junta de Freguesia de Ferreiras, marcamos uma reunião e já trocamos algumas ideias. Gostava de agradecer o convite que foi feito para visitar os sítios no projeto dos orçamentos participativos. Gostei muito de ver, a obra está bem-feita, fiquei com a dúvida e acho que devemos requalificar sítios que já existiam, foi o que cheguei à conclusão. Precisamos de um orçamento participativo para requalificar sítios que já existem? Outra questão, tive e fiquei preocupado, sou uma pessoa que anda no desporto, há dezanove anos que sou



Presidente de um clube. Já sou praticamente há dez anos Presidente de outro e tive na Guia e constatei que estavam a transformar um polidesportivo num recinto de festas. É o orçamento participativo, é o que as pessoas querem, mas joguei muita vez lá futsal, futebol de salão, futebol de cinco, aliás jogava-se basquete. Nos Olhos de Água temos um polidesportivo idêntico e vejo-o fechado, onde joguei lá muitas vezes, até dei cabo de um joelho e tive de ser operado. Faz-me um bocado de confusão, como é que não estamos a criar infra estruturas desportivas e as poucas que temos ainda as estamos a transformar em recintos de festas. Um polidesportivo tem de ser salvaguardado e deve ser mantido e até devemos criar mais. Porque se tiver aberto a população entra lá. Por exemplo, o pavilhão está fechado, tem aquelas horas que só ao fim do dia é que as pessoas conseguem praticar desporto, temos de ter recintos abertos. Aliás, o das Ferreiras, que vai ser agora requalificado, no próximo orçamento, que foi aprovado ontem. Faz-me confusão, como é que para nós requalificarmos um sítio tem de ir ao orçamento participativo. É que a Junta de Freguesia de Ferreiras mandou vários ofícios, tenho várias reclamações daquele sítio, a pedir reparações daquele recinto e fiquei um bocado estupefacto, é preciso o orçamento participativo e as pessoas além das reclamações que fizeram têm de votar para ser requalificado. Acho que não precisávamos de chegar a este ponto, penso eu, uma vez que há reclamações, que há pedidos. Isto, relativamente ao orçamento participativo de ontem. Tenho muito orgulho em andar com o Presidente, quando me convida, ontem foi um dia destes, e constatei isto, sei que não é a Câmara que é culpada. São situações que vão acontecendo, não é crítica nenhuma, são constatações de factos, não estou a criticar ninguém. Hoje não está aqui o meu professor de economia, o professor Domingos, está o filho, depois poderá me corrigir, tivemos algumas reuniões para tentarmos chegar a acordo com o orçamento, da delegação de competências, com o senhor Presidente, e muito bem, chegamos a acordo. O primeiro documento que chegou à Junta, enviado por email, constatava seiscentos e trinta e quatro mil euros, contas feitas por mim, mediante o que a Câmara me propunha, quinze cêntimos por metro quadrado, isso não está em questão, o que está em questão é que o primeiro orçamento era seiscentos e qualquer coisa mil euros, era três funcionários e uma máquina retroescavadora e um camião. Anteontem tivemos aqui a discutir a mesma coisa, chegou à Junta o mesmo orçamento participativo, trezentos e dez mil euros. A mim disseram-me assim, "meu amigo, você começa com mil, se quiser comprar oferece quinhentos, a pessoa diz que



quer vender por mil". A pessoa vai negociando, mas agora estamos a constatar factos que são documentos oficiais enviados pela Câmara, a primeira são seiscentos e trinta e quatro mil, o segundo já não é aquelas competências, são outras e já só são trezentos e dez. Começo a ter medo de negociar mais alguma vez, senão chega a duzentos ou cento e cinquenta. Sei que disse que ia aceitar e vou, caso seja aquelas competências."-----

Francisco Oliveira: "Basicamente para levantar uma questão que infelizmente tem sido levantada ao longo, não de meses, mas sim de anos, e que segundo informação que temos dos nossos vereadores não permanentes, foi levantada na última reunião, que era a reinstalação ou recriação do Conselho Municipal de Educação. Tratando-se Albufeira de uma cidade das cidades educadoras, tendo sido chumbada a proposta de reativação deste Conselho Municipal de Educação, sendo que o senhor Presidente, ao longo deste tempo e destes anos, tem vindo a dizer que, sim senhor, irá reativar, a questão é, qual a razão por que não? Qual o problema de não se reativar? O que é que se está a aguardar? Será que é uma situação complicada? Tendo em consideração que o Conselho Municipal de Educação implica ter que dar alguns pareceres. Sabemos que não são vinculativos, são pareceres meramente consultivos, mas são obrigatórios. Portanto, no caso da rede de transportes, é fundamental, ou é obrigatório esse mesmo parecer e estamos aqui com esta questão da não reativação, da não existência do Conselho Municipal de Educação, ao longo de variadíssimos anos. Portanto parece já ser um pouco dramática esta questão e não percebermos exatamente qual a razão que leva à sua não constituição, sendo o senhor Presidente e senhor professor alguém ligado à educação, durante anos e anos e anos e até diretor de uma escola."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, a minha questão prende-se com uma curiosidade que será de algumas pessoas, que me perguntam na rua, como é que está o ponto da situação do Plano Hidráulico Preventivo de Inundações de Albufeira? Porque sempre foi qualquer coisa que apoquentou os Albufeirenses desde os últimos acontecimentos desse género. Às vezes é durante o verão que se começa a preparar o inverno."-----

Francisco Guerreiro: "Boa noite, queria levantar uma situação que me têm vindo falando, há dias a esta parte, e esta situação já aconteceu comigo o ano passado. Não sei de quem é a responsabilidade, por isso vou levantar problema. Os miúdos que saem da creche, e são muitos, neste momento não têm para onde ir. O ano passado falei com várias pessoas ligadas á educação e acabei por arranjar lugar para a minha neta em Boliqueime. Por acaso tive sorte, porque é uma boa escola e as coisas correram muito



bem. O que está a acontecer neste concelho não sei, como não estou ligado à educação, mas gostava de saber o porquê de haver tantos miúdos para serem colocados e com salas que temos, inclusivamente em Paderne e não são abertas. E o porquê de isso acontecer? Posso dizer que o ano passado falei com o Vitor Ferraz, falei com várias pessoas, falei com o Presidente e nada foi feito. Agora, isto é da responsabilidade da Câmara? Se não é a Câmara tem de tomar medidas sobre isto, porque quem está a ser penalizado são os miúdos. Outra situação, há uma empresa de recolha de lixo, quero dizer uma coisa, se estávamos mal, pior ficamos. Digo isto com conhecimento de causa, porque acompanhei a outra empresa desde o princípio e vou só contar esta história. Há dias fui para descarregar umas coisas nos contentores do Cerro do Ouro, fui lá quatro dias seguidos, contentor cheio. Quatro dias seguidos, contentor cheio. Até que eu meti a minha camioneta no meio do portão e o rapaz ficou irritado e disse "então o senhor descarregue ali ao lado do contentor." Um contentor daqueles pequenos, eu olhei para o homem e ri-me. Isto não pode acontecer, porque são as pessoas que são lesadas e são as pessoas que pagam as contribuições e têm de ter os seus direitos, porque senão estamos muito mal. Quando dizem que a outra empresa funcionava mal, então, meus queridos amigos, esta parece-me que estamos de mal a pior. Porque, só consegui resolver o problema pedindo ao rapaz para ligar para o chefe, que nem conheço e em duas horas resolveu-me o problema. Se resolveu o problema em duas horas, porque que não resolveu durante quatro dias? Há qualquer coisa que está errada. Não têm transportes? Isso a mim não me interessa, porque sou cidadão que pago os meus impostos. Outra coisa que queria chamar a atenção, é que o meu filho está a construir uma obra no Vale da Azinheira, ou seja, na Quinta do Poço, que não levanta pó, simplesmente estamos no assentamento de tijolos e há dias apareceu lá a fiscalização e mandou parar a obra. Aí também me sinto responsável, porque aprovamos isso aqui. Mas o ano passado aconteceu a mesma coisa e nós paramos, como paramos este ano. Só que, na Avenida da Pista, todas aquelas construções que estão ali a ser feitas, não pararam. O ano passado as piscinas estavam cheias de pó e este ano as piscinas continuam cheias de pó. Ainda ontem à tarde, fui à casa do meu compadre e fui para dar um banho na piscina, que eu não vou à praia, e completamente cheia de pó, era vermelho. Eu pergunto, as regras não são iguais para toda a gente? Se calhar não são, se calhar uns são mais pobres, outros mais ricos. Há uma coisa que quero pedir, senhor Presidente, veja isto, se faz favor, porque não pode ser. Há qualquer coisa que está



aqui errada. Na próxima vez que falar sobre este assunto vou levantar outro problema.”-----

Roberto Raposo: “Outro assunto que há pouco me esqueci, se é possível concertar com a EVA os horários dos autocarros com os horários de saída dos alunos. O que se passa em Paderne é que o autocarro passa cinco minutos antes do final das aulas. Então os miúdos, depois das aulas só têm autocarro duas e às vezes três horas depois de saírem das aulas.”-----

Adriano Ferrão: “Também esqueci-me de uma pequena questão. Indo pela avenida que vai para a Marina, mesmo ao fim, antes daquilo que era antes a quinta dos burros, está ali uma rotunda. Aquela rotunda invade as duas faixas de rodagem, que vem do lado direito. Já este verão, tenho assistido, a algo que já é repetido no passado, que as pessoas que vêm a descer, no sentido Albufeira para Vale Parra, não se dão conta da proximidade da rotunda e do facto de ela não ser conformada com o espaço. É redonda e uma parte desse redondo invade a segunda faixa, ou seja a faixa de ultrapassagem. Quando se começa a fechar as duas faixas, há um carro que, por vezes, está fora. Quem sai do lado de São Rafael, entra com o seu direito de estar na rotunda, precisamente numa zona em que há uma desaceleração do trânsito das duas faixas. Isso às vezes resulta em situações bastante constrangedoras. Como eu já vi ali, de vez enquanto lá vai um pisca ou um guarda-lamas, até que um dia poderá ser algo mais grave. Já há uns anos se falou sobre esse formato, estava cá o Vereador Quintino, que deveria ser, penso eu, revisto.”-----

Pedro Coelho: “Boa noite, gostaria de aditar uma questão à temática dos transportes. Já que vai abordar essa questão, do Roberto Raposo. Para perceber qual é a calendarização do procedimento em curso do GIRO, quando é que temos o caderno de encargos para apreciarmos. A segunda questão, já dentro desse caderno de encargos, depois do debate que foi feito e das sugestões efetuadas ficou no ar a questão de como seria os transportes em Paderne. Como vai responder a esta questão do Roberto, a questão é, se já teve algum desenvolvimento no âmbito desse processo? Se o GIRO ou soluções alternativas vão ser desenvolvidas em Paderne?”-----

Presidente da Assembleia: “O senhor Roberto Raposo falou na questão da mobilidade, passeios, desníveis, por causa dos deficientes, cadeiras de rodas, carrinhos de bebés, a questão do estacionamento na zona do Inatel. Enfim, são situações que estão registadas e vou mandar rever. Evidentemente que cada vez que passa temos de ir



tentando melhorar os espaços existentes. Os espaços não são muitos, não esticam, não é muito fácil, em determinadas zonas fazer aumentar o espaço, se não formos para, nomeadamente, estacionamentos subterrâneos não conseguimos chegar a bom porto. O senhor Jorge do Carmo apresentou algumas considerações genéricas sobre o orçamento participativo, são opiniões dele mesmo e não vou tecer comentários sobre essa situação, que acho que tem dado bom resultado. Quando falou da transferência de competências, dá a entender que isto é conforme calha, seiscentos mil euros agora e trezentos mil amanhã e já lhe tinha dito que não admito situações desse tipo nem dúvidas desse tipo, isto não é nenhum negócio. Se passou de seiscentos mil para trezentos mil é porque, como sabe perfeitamente porque estive na reunião, a não ser que ontem não tenha ouvido, os seus colegas também estiveram lá e sabem perfeitamente, que é a questão da interpretação da manutenção dos caminhos. Se é da Junta de Freguesia como competências próprias, se pode ser delegável nas Juntas de Freguesia, sendo delegável, evidentemente que há transferência do dinheiro respetivo, se não for delegável, se for competências próprias não há transferência nenhuma de dinheiro. Acho que deve-se interpretar como sendo delegável, porque também entendo que as juntas não têm capacidade financeira para resolver esses problemas todos. Mas se me está a dizer que já tem dúvidas, já tem receio e medo que amanhã seja outro, peço desculpa mas acho que foram palavras infelizes. Senhor Francisco Oliveira, a reinstalação do Conselho Municipal de Educação não há problema nenhum, pura e simplesmente vai ser dentro de pouco tempo, com certeza. É uma resposta já dada "n" vezes mas qualquer dia há de ser. Relativamente ao senhor deputado Adriano, o plano de drenagem, faço lembrar que uma das obras que está praticamente feita é a estação elevatória da Praça dos Pescadores. Essa é uma delas, vai haver outra no Inatel, após o verão. Já foi feita uma outra na zona do Vale Mangude, falta terminar para a Rua do Município. Portanto, são situações que estão em andamento. Depois falta os coletores de meia encosta, tanto a nível nascente como a nível poente, e depois faltará a obra principal, que será a questão do túnel. Mas tudo está em andamento gradual, uns mais rápidos que outros. Quanto ao senhor Francisco Guerreiro, quero dizer que a responsabilidade da construção dos jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo é da Câmara Municipal e desde dois mil e nove a questão das instalações do segundo e terceiro ciclo, uma vez que a Câmara acolheu as responsabilidades, que eram do Ministério da Educação. Durante o tempo que tivemos em crise havia espaço para toda



a gente e sobrava muita sala, penso que neste momento ainda há algumas escolas com salas livres, mas isso terá de ser estudado e apreciado. Relativamente á empresa de recolha do lixo, é uma opinião sua de que se estávamos mal pior ficamos. Não estou a por em causa se esta é melhor ou pior que a outra, será melhor nuns aspetos e pior noutros. O que aconteceu, e tive a oportunidade de lhe explicar, se não percebeu na altura foi porque eu não consegui transmitir a ideia. Esta empresa tem apenas o equipamento usado pela empresa anterior, que já é um equipamento bastante antigo. Obviamente que dificilmente poderá fazer grandes investimentos até porque o contrato ainda não começou. Neste momento está em ajustes diretos, conforme todos sabem, não se trata de tapar o sol com a peneira, nem pouco mais ou menos. O segundo e terceiro concorrentes interpuseram uma ação em tribunal, que suspendeu o contrato. Ao suspender o contrato, o contrato ainda não foi assinado com empresa nenhuma, está á espera da sentença do tribunal. Quando o tribunal proferir a sentença a favor de alguém, com quem essa for, se não houver recursos a seguir, e com certeza que vai haver, será feita a assinatura do contrato e será enviado para o Tribunal de Contas. O contrato só entra em vigor, de uma forma certa, no dia em que recebermos o visto do tribunal de Contas. Obviamente que é impossível pensar o tempo que vai demorar, mas demora alguns meses. O que aconteceu no Cerro do Ouro, foi uma avaria do ampliroll, que puxa os contentores e que penso que agora essa situação estará resolvida. Relativamente à questão do Vale da Azinheira, digo que as regras são iguais para todos, o regulamento é só um, diz o mesmo para toda a gente. Só que há pessoas que pedem, excecionalmente, e o regulamento permite isso, a possibilidade de poder continuar a construção no período que está restringido no regulamento. É uma questão de o fazer, pode acontecer que a Câmara, em sede de reunião de Câmara, é da responsabilidade do executivo, resolver essa situação. Relativamente á questão dos horários da Eva, já registei, vou ver. A rotunda da Orada, está no meio da estrada, como estão todas, mas aquela ficou deslocalizada relativamente ao sítio onde ficou. Está a ser feito o projeto de requalificação daquela estrada toda, onde entra, precisamente o reposicionamento desta rotunda. O Pedro falou da questão dos transportes, o caderno de encargos vai ter de ter um parecer do IMT, que já foi solicitado. A questão de Paderne, seguirá após este envio, após o envio, depois há de vir o parecer favorável ou com recomendações, para depois se espoletar o processo municipal em termos de órgãos e a seguir tratar-se-á do processo de Paderne, que é



um processo á parte deste, não está incluído. Embora esteja incluído muitas das questões que foram sugeridas e propostas, faço lembrar que o GIRO já vai passar a contemplar a Guia, Vale Parra, Patroves, Olhos de Água, Açoteias, com condicionantes, obviamente, mas pelo menos, fica contemplado."-----

Francisco Guerreiro: "Gostava de saber mais claramente porque foi por isso que levantei a questão, porque fiquei de transmitir às pessoas que me reclamaram sobre os miúdos da escola do primeiro ciclo. O que é que as pessoas vão fazer com os miúdos? Onde é que vão colocar? Há situações, em Paderne, muitos miúdos que não têm para onde ir. Há salas vazias em Paderne, segundo informação, há salas vazias em Albufeira, há salas vazias em Ferreiras e está aqui pessoas que podem responder a isso. Eu pergunto, para responder às pessoas o que é que elas podem fazer. Eu, o ano passado resolvi o problema e fui para Boliqueime. Este ano, como me pediram para levantar a questão, para as pessoas saberem o que é que têm de fazer. Se é da responsabilidade da Câmara, a Câmara terá que resolver esse problema. O Presidente diz que não é da responsabilidade da Câmara. A Câmara fez os investimentos, sim senhor, eu tenho conhecimento e acompanhei. Agora, o que é que as pessoas vão fazer, onde vão pôr os miúdos? Digam-me para eu responder às pessoas."-----

Presidente da Câmara: "Estou a fazer reuniões com agrupamentos, já fiz hoje com um, amanhã é com outro. Para a semana com outro agrupamento, pode acontecer que surjam essas questões levantadas para se tentar resolver o problema e tentar fazer uma avaliação daquilo que existe. Vamos ver isso."-----

Vereador Vitor Ferraz: "Boa noite, só para prestar um esclarecimento, relativamente como está a questão das escolas e das vagas dos alunos pré-escolar, primeiro ciclo e também, agora, do quinto ano, temos esse problema. Relativamente ao ano anterior a explicação será mais ou menos a mesma que dei o ano passado ao Francisco Oliveira e dei esta ano ao João Ruaça, que também ficou com o neto de fora das vagas. As vagas seguem os critérios que estão previstos na lei e este ano o que é que aconteceu relativamente aos jardins-de-infância? A parte das vagas, foram ocupadas por miúdos de quatro e cinco anos. Houve um grande número, relativamente ao ano anterior e esses alunos foram buscar a maior parte das vagas e muitos miúdos ficaram de fora. Relativamente ao jardim de infância, esta tarde contactei os responsáveis de Faro e neste momento o que nos propuseram foi a abertura de mais três salas. O senhor Francisco estava a dizer que há salas vazias, mas não é bem assim. Há salas que podem



ser adaptadas para jardim-de-infância, uma em Paderne, Ferreiras e provavelmente Olhos de Água, se desse a possibilidade de abrir mais três salas. O que nos foi dito, que teríamos de conversar com o município, para ver se o município garante o equipamento dessas salas e depois fazer o pedido para que elas sejam abertas e aprovadas. Temos outra questão, relativamente ao primeiro ciclo, que também está a acontecer a mesma coisa, relativamente aos alunos condicionais, houve muito poucos alunos condicionais. Esta questão das vagas não vem por causa dos nascimentos, vem essencialmente por causa do primeiro ciclo não absorver as vagas todas e esses alunos que não têm vagas no primeiro ciclo, os condicionais, ficam nos jardins-de-infância e por efeito de arrastamento, outros alunos ficam sem vagas. Mas este ano temos outro problema acrescido, que é o quinto ano. Neste momento, a nível do concelho temos quarenta alunos do quinto ano sem escola atribuída, porque as turmas estão super lotadas, não há espaço para mais. Acontece na Diamantina, acontece na escola Francisco Cabrita, por isso já solicitamos à Câmara o alargamento e o novo bloco. Penso e espero eu, que o da Diamantina arranque rapidamente, que já deveria ter arrancado, a Francisco Cabrita também vai ser necessário. Neste momento estamos a fazer contactos para ver onde se consegue encaixar mais alguma turma. Temos esse problema, e estes problemas da educação, ao contrário do que o senhor Presidente diz, este é que é o papel do Conselho Municipal de Educação, é estudar a educação a médio e longo prazo, para não sermos confrontados com estas situações. Acho que a questão do Conselho Municipal de Educação, se já estivesse em funcionamento há alguns anos, se calhar poderia ter evitado isto, até com os recursos que o município tem” -----

Presidente da Câmara: “Não é o Conselho Municipal de Educação que com certeza vai resolver os problemas da falta de salas. Também não era em dois mil e treze que se previa que pudesse haver faltas de salas nesta altura. Aliás, o concelho de Albufeira e outros concelhos do Algarve, à exceção do interior que teve um regime de funcionamento dito normal. Porque há dois tipos de regime de funcionamento, quem está dentro da área da educação lembra-se que havia o chamado regime de desdobramento, que é o regime duplo, em que no fundo, era duas escolas numa só. Uns alunos iam de manhã e outros à tarde, alguns de nós andamos nesse tipo de escola. Depois, desde dois mil e dois fizemos ampliação e requalificação de todas as escolas do primeiro ciclo, construindo algumas novas, nomeadamente Correeira, Vale Pedras, Ferreiras, Paderne. Essas escolas vieram permitir que passasse a funcionar em regime



normal. Funcionou em regime normal até ao ano passado, provavelmente. Entretanto, com a crise passaram a ficar, durante três ou quatro anos, muitas salas vazias, porque não havia gente suficiente. Agora com o renovar da vinda para cá, de mais pessoas para trabalhar, veio a registar-se um fluxo contrário. Não quer dizer que daqui a uns anos, que pode vir a acontecer, outro retrocesso com certeza que haverá outra vez a mesma situação, que é algumas salas vazias. Temos de andar neste equilíbrio, é uma questão de vermos isso. O Conselho Municipal de Educação pode ajudar, perfeitamente, não resolve o problema. Vamos tentar, em conjunto com os agrupamentos, como disse há pouco, os agrupamentos é que têm a responsabilidade da questão da rede escolar, da questão da distribuição dos alunos por turma. Em termos de organização interna escolar a Câmara, com certeza, que não descurará a hipótese de transformar algumas salas com a possibilidade de pré-escolar ou primeiro ciclo. Obviamente que vamos estudar isso e com certeza que seremos os primeiros a entrar em linha de conta com isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a esta ação, só um complemento, não só os Presidentes de Junta atuais, como outros passados e vou passar a indicar os autores, Fernando Gregório, Hélder Sousa, Francisco Guerreiro, José Aboim, Berto Palma, Jorge Vicente, Joaquim Vieira, Indaleta Cabrita, Miguel Coelho, Dinis Nascimento, Jorge Carmo, contra o município de Albufeira, no seguimento da questão das senhas de presença. O pedido da ação é que seja reconhecido que os Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Albufeira aqui autores tenham direito a receber senhas de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária na Assembleia Municipal e das comissões municipais a que comparecerem e participem. Em consequência, ser o município de Albufeira, pessoa coletiva a que pertence o órgão deliberativo da Assembleia Municipal de Albufeira condenado a reconhecer esse direito e o município de Albufeira ser condenado a pagar aos Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Albufeira aqui autores e respetivos substitutos legais, o valor correspondente às senhas de presença que sejam devidas nos seus respetivos mandatos, desde o início do mandato dois mil e um, dois mil e cinco até à presente



data. Termina com a demandada do município, querendo contestar. Esta ação será remetida a todos os membros da Assembleia Municipal, para que dela tenham conhecimento. Uma vez que diz respeito à deliberação, também que foi tomada na Assembleia Municipal e, porque em última análise, se a deliberação for considerada ilegal, todos os membros da Assembleia Municipal serão responsabilizados por essa deliberação, que foi feita por voto secreto e como tal, poderá atingir todos os membros da Assembleia Municipal. Apesar dos membros da Assembleia Municipal não terem sido notificados, como efeito, tomam agora conhecimento, que se podem constituir individualmente como cointeressados nesta presente ação. A Assembleia Municipal ainda não reuniu com o Presidente da Câmara, tivemos conhecimento desta ação hoje e iremos reunir com o Presidente da Câmara, para depois constituir mandatário para a contestação da presente ação. Entendemos que, como foi posta em causa a própria deliberação da Assembleia Municipal e como foi explicado, a Assembleia Municipal deliberou em voto secreto, em última análise, todos os membros da Assembleia Municipal poderão ser assacar da responsabilidade, pela deliberação que foi aqui tomada, em Paderne e como tal acho que devem ter conhecimento, para que depois também não aleguem desconhecimento, que é o mais importante. Será feito amanhã o envio da petição inicial, através de link, porque é muito pesada, para todos os membros da Assembleia Municipal. Os presentes e como há dois ausentes, que será o Renato Pimenta e o José Sequeira, que estiveram presentes nessa Assembleia, também serão notificados para o efeito." -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 29-05-2019; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco



Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.---
A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
Não estiveram presentes na referida sessão os membros Gaspar Meirinho e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, José Cabanita, pelo que não votaram -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de áreas do domínio público municipal - loteamento urbano - Alvará n.º 10/1993;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão e tendo em consideração que é uma questão técnica, por acaso já estive a trocar impressões com o senhor arquiteto, faço aqui algumas questões. Nomeadamente o facto de vir a esta Assembleia Municipal um parecer prévio, antes que o executivo da Câmara Municipal delibere ou não aprovar este segundo aditamento ao alvará. Portanto, somos confrontados com a necessidade de aprovar ou não aprovar esta mesma deliberação. O problema que se nos coloca e face à documentação que nos foi enviada, eventualmente o desconhecimento relativamente à questão em concreto, é de que foi anulada uma ligação direta à EM526.1 e que estava prevista no alvará em vigor. Causa-nos alguma perplexidade, mas haverá, com certeza explicação para este facto, de haver esta anulação da ligação direta e haver aqui a diminuição de uma área de cerca de quatrocentos e treze metros ponto cinquenta e sete. O grupo parlamentar esteve a ver este ponto e entendíamos que poderia ser conveniente uma deslocação ao local e uma verificação desta situação "in loco", porque, visto por mapas, o desnível, a informação que é transmitida pelos serviços, tudo é muito interessante, mas é via documental e entendíamos nesse sentido. No entanto, estamos aqui dispostos a ouvir as informações que o senhor arquiteto e o senhor Presidente entenda transmitir, no sentido de podermos tomar uma decisão conveniente. Até porque hoje em dia, estas decisões começam a ter algum peso, as responsabilidades, como o senhor Presidente há pouco falou, relativamente á outra situação, embora eu não concorde, efetivamente que possamos ser responsáveis, até porque foi por voto secreto. De qualquer das maneiras, nestas circunstâncias, o facto de estar a retirar terreno, ou área do domínio público para dar a privados, terá



que ser visto com alguma consideração e de facto com algum rigor. Nesse sentido, ficaremos a aguardar a explicação do senhor Presidente, do senhor arquiteto e tomarmos uma decisão de irmos ao local e confirmar essas situações no local."-----

Presidente da Assembleia: "Gostava de fazer uma questão, que me parece pertinente, uma vez que a Assembleia Municipal, os poderes que tem é de deliberação na sequência da deliberação da Câmara Municipal. Uma vez que é um momento prévio à deliberação da pretensão, por parte do executivo, parece-me que a assembleia Municipal está esvaziada de poder, uma vez que o máximo que pode deliberar é uma recomendação e não a desafetação em concreto. Se é um momento prévio à apreciação, significa que não foi apreciado pelo executivo, significa que a Assembleia Municipal não tem poderes para se sobrepor ao executivo. O máximo que nós podemos fazer não é deliberar a desafetação, é quanto muito, dar um parecer também prévio e isto vale o que vale, que não é vinculativo, uma vez que nós estamos esvaziados de competência técnica no que diz respeito à própria desafetação. Gostava de deixar este aviso, porque se foi deliberado em momento prévio à apreciação da pretensão, significa que não foi apreciada pelo executivo. Não tendo sido apreciada pelo executivo, nós deliberativo estamos esvaziados de poder. O máximo que podemos fazer é tomar conhecimento dessa pretensão, por parte do executivo, para depois remeter ao executivo, porque senão, estamos a subverter o mecanismo, nós aprovarmos, vai ao executivo e pode não ser aprovado, então a nossa deliberação fica esvaziada de poder, quando deveria ser precisamente ao contrário."-----

Presidente da Câmara: "Mas no ponto da ordem de trabalhos diz "apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da desafetação de áreas do domínio público municipal, loteamento urbano, alvará número dez de mil novecentos e noventa e três", posso explicar isto de uma forma muito simples e depois passo a palavra ao senhor arquiteto que sugeri que estivesse presente, porque isto é mais termos técnicos que outra coisa. É uma questão relacionada com um loteamento, situado no Vale de Santa Maria, a seguir à rotunda que faz conexão com o Vale de Santa Maria. O acesso que está aqui em causa, está-se a propor uma reversão desse terreno, era feito a meio da reta da EM526, era feito com subida e descida por um sítio mais alto. Entretanto, há uns anos tomou-se a iniciativa, a nível da Câmara Municipal de fazer uma rotunda no Vale de Santa Maria e sai daí o acesso a este loteamento. Como há acesso muito mais viável e muito mais fácil de mobilidade e muito menos perigoso, que



é através da rotunda, em vez daquele outro acesso que era muito problemático, então há esta possibilidade de fazer esta reversão, uma vez que como não estão acabadas as infra estruturas, ainda não houve a receção das infraestruturas por parte da Câmara Municipal. Não sei até que ponto isto será necessário a reversão, mas isto sou eu a pensar alto. Vou pedir ao arquiteto Eduardo, para esclarecer algum ponto de vista técnico.”-----

Arquiteto Eduardo Viegas: “Boa noite, posso complementar a explicação que o senhor Presidente faz. Informo que do ponto de vista jurídico que a cedência ocorre no momento da formação do alvará. Temos um alvará original, tínhamos um terreno particular, para o qual foi emitido um alvará. No momento de emissão desse alvará, foram constituídas cedências. Estando num momento em que é proposta uma alteração a este alvará, na alteração da sua configuração, alterando o acesso, neste caso, dá-se o caso que a proposta fica condicionada a sua aceitação a que essa reversão da cedência seja feita e apenas com essa reversão de cedência, poderá a Câmara aprovar ou não esta nova configuração, que é proposta para o alvará. No geral, nas áreas não há uma grande diferença significativa, há uma diferença, mas é isto que está em causa, uma substituição de um acesso por outro. A condição necessária para que a Câmara possa aprovar ou não é que a cedência seja revertida. Não consigo acrescentar muito mais neste momento.”-----

Pedro Coelho: “Já agora que o senhor arquiteto está presente, umas questões adicionais, que na documentação não são claras. Uma questão é, naquela tabela onde é explicitado o acréscimo ou diminuição da área de domínio público, percebe-se que a diferença não é significativa, então se está a ser ocupado por dois lotes, este acesso, significa que está a ser criado noutra local uma desafetação, parece-me essa a interpretação da tabela. A questão que coloco é, se esta interpretação é correta, não percebo depois onde é que depois se implanta, isto é, qual é a tradução em peça gráfica, peça desenhada e a peça que nós temos não parece transmitir isso, mas podemos obter essa explicação. Outro ponto, está relacionado com acessibilidade ao local, a questão mais viável e também na documentação que nos é entregue, não é muito explanada a questão, se para o número de pessoas que vão ficar naquele loteamento, se o acesso é suficiente em termos de tráfego? É dito uma pequena frase, numa das informações, é posto um pequeno parágrafo sobre essa matéria, mas não há mais



considerações sobre o mesmo. Não sei se o arquiteto Eduardo tem alguma questão mais que possa complementar, nessa documentação que nos foi fornecida."-----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Da contabilização que é apresentada, com base na tabela técnica, no somado, do deve e do haver, o que consta é um aumento da área total de cedência, em dez metros quadrados virgula sessenta e cinco. Ou seja, há pequenos acertos da cedência noutras áreas, que agora só aprofundando e com mais detalhe, seria possível explicar. O facto da contabilização que está aqui apresentada, resulta um aumento da área total da cedência. Quanto à melhoria da acessibilidade, acho que no local poderia ser constatado com mais detalhe, mas um acesso direto na reta onde estava previsto no alvará original, era um ponto muito mais constrangedor para o acesso do que o acesso que está proposto. Mais uma vez, é a explicação que é possível dar neste momento, no local ou com outros técnicos poderá ser complementado."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor Arquiteto, uma questão que, para mim está a fazer alguma confusão, é que estamos a discutir a desafetação, mas ao fim ao cabo o que estamos a fazer é uma alteração ao loteamento e não a desafetação ao domínio público. Porque se estamos a alterar o loteamento, necessariamente desafetamos do domínio público e passa de um lado para o outro, Portanto, não desafetamos, apenas alteramos de um lado para o outro."-----

Arquiteto Eduardo Viegas: "É uma alteração da configuração."-----

Presidente da Assembleia: "E então, basicamente a questão da desafetação não se coloca, porque ela altera de uma parte para a outra, porque o loteamento, apesar de estar emitido ainda não há receção definitiva."-----

Arquiteto Eduardo Viegas: "Exato."-----

Presidente da Assembleia: "É que se estamos a desafetar de um lado estamos a incluir do outro. No meu entender, é não a desafetação mas alteração do loteamento. Esta questão já foi colocada no alvará do loteamento de Vale Navio esta questão também já se colocou, a Câmara já teve posicionamento relativamente a isto, porque não houve receção definitiva, não veio á Assembleia Municipal e esta é a minha questão. Só por esta metodologia que hoje aqui se coloca, que não se colocou, por exemplo no alvará de loteamento de Vale Navio e outras que não chegou a haver desafetação, houve única e exclusivamente discussão pública e depois houve alteração do alvará e não veio á Assembleia Municipal. Por isso estava a levantar esta questão, volto a dizer a questão do momento prévio à própria apreciação por parte do executivo. Senhor Presidente da



Câmara, a questão é, o assunto que vem é licença, alteração do loteamento, e é isto que é proposto na ordem de trabalhos, que é o que vem da comunicação por parte da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, nós não podemos alterar a determinação, porque o conteúdo da deliberação é precisamente outro, por isso é que diz aqui e bem, *desafetação das áreas do domínio público municipal*. Para mim é uma questão de falta de competência por parte da Assembleia Municipal para a deliberação sobre algo que não vem deliberado por parte da Câmara Municipal. Ponho esta nuance à discussão por parte da Assembleia Municipal, porque não podemos deliberar a alteração se ela não tiver já sido aprovada por parte da Câmara Municipal. "-----

Francisco Oliveira: "Concordo plenamente, aliás o documento que vem da Câmara Municipal diz, *"foi deliberado em momento prévio à apreciação da pretensão, remeter o pedido para a apreciação e deliberação da Assembleia Municipal"*, ou seja, não há uma deliberação do executivo. O executivo remete à Assembleia Municipal para dar um parecer prévio sobre algo que não está ainda deliberado ou decidido. Portanto, concordo, plenamente com o senhor Presidente, de que no máximo o que poderíamos aqui fazer era uma recomendação. Mas mesmo assim, relativamente à recomendação eu não sei se não seria conveniente, e continuo a colocar a possibilidade de deslocação ao local e a verificação se efetivamente vai trazer problemas, vai trazer dificuldades. Porque ainda agora, o senhor presidente estava a colocar a questão e a dizer, *"bem não há desafetação, há a passagem de um lado para o outro"*, exatamente em que termos? Em que circunstâncias? Nessa perspetiva, mantenho a proposta de antes de se proceder à recomendação, que possamos ter uma verificação desta questão. Esperemos que não atrase, e marcar-se o mais rapidamente possível uma visita ao local."-----

Presidente da Assembleia: "Senhor presidente, relativamente a esta proposta não há prejuízo, por parte do executivo que a Assembleia Municipal remeta a uma comissão? Um membro de cada grupo para ir e reunir com o senhor arquiteto para aferir desta questão como proposto pelo Dr.º Francisco Oliveira."-----

Presidente da Câmara: "Não, o executivo não tem nenhum prejuízo com isso. Pode haver prejuízo só por causa da morosidade destas questões. Obviamente que se se entende que é a maneira mais explícita de ultrapassar o problema, sem muita demora acho bem que sim, que se faça isso no mais curto espaço de tempo."-----



Presidente da Assembleia: "Vou propor a remoção do ponto da discussão, com a constituição de um elemento de cada grupo da Assembleia Municipal, para em reunião na próxima semana fazer a visita ao local e contactamos diretamente o senhor arquiteto para o agendamento dessa visita, para esclarecimento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a remoção do ponto e constituição de uma comissão para visita ao local.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Está aprovada a remoção do ponto, com a constituição desta comissão, para visita ao local durante a próxima semana. Peço já aos grupos que façam indicação o quanto antes do membro que irá acompanhar a visita ao local."-----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não transferência de competências para a autarquia, no ano de 2019, no domínio das Áreas Portuário - Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Há semelhança daquilo que votamos na última Assembleia Municipal, relativamente à não transferência de outras competências, entendemos que esta também seria fundamental, apesar de estarmos já em meados do ano de dois mil e dezanove, mas que seria realmente importante a assunção desta competência. Ainda para mais, porque estamos no domínio das áreas portuário-marítimas e nesta área, se não estou engando, temos aqui incluída a Marina de Albufeira. Portanto, seria importante tomarmos em consideração, até porque como digo, apesar de terem sido



suspensas entretanto, mas de existirem definições relativamente ao envelope financeiro, portanto, ao valor a receber pela transferência destas competências, seria de facto importante e mantemos esta posição e iremos votar contra a não transferência."-----

Adriano Ferrão: "Pelo lado contrário, nós também coerentes, com aquilo que temos decidido sempre, quanto a estas questões da transferência de competências, concordamos com o que está plasmado na proposta e por isso consideramos que o município de Albufeira ainda tem uma necessidade de organizar os recursos humanos e os serviços para conseguir abarcar estas competências."-----

Presidente da Câmara: "A questão é a mesma, para além da questão da organização dos recursos humanos é também a organização de uma responsabilidade, nomeadamente a zona portuária, que é da responsabilidade da Administração Central que não tem assistido a essa mesma responsabilidade. A Câmara não pode eternamente substituir a Administração Central em todos os aspetos, ainda que, de vez em quando colabore com alguns aspetos relacionados com essa mesma administração, nos mais diversos setores de atividade."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia -----

Abstenções: uma (01) Vera Belchior -----

Votos a favor: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para a empreitada de execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais, pelo valor base 210.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Temos de retomar outra vez este assunto, que tem sido recorrente, temos mais uma empreitada para gestão corrente, neste último ano já ascendem a mais de um milhão de euros e o comentário tem sido idêntico ao que temos feito. Esta questão deveria estar mais suportada dentro da gestão dos serviços. Os serviços deviam conseguir fazer isto, se não no modelo atual, no modelo público que existe e que poderia ser aceite. Aqui gostaria de frisar que após a última Assembleia, onde o deputado Francisco mostrou-se tão discordante desta ideia, agora, na ordem antes do dia veio trazer a fragilidade do modelo da gestão de resíduos, que ao fim ao cabo, o modelo é uma entidade que englobaria os resíduos, as águas, as águas residuais, é isso que estamos aqui a falar. O modelo de gestão destes sectores de serviços ambientais e infra estruturas que tem de ser repensado e esta empreitada vem, mais uma vez trazer as fragilidades do mesmo, a qual o município está a desempenhar essa função."-

Presidente da Câmara: "A minha resposta é igual à dos outros dias, é a mesma situação, acho que é inevitável neste momento, uma vez que a falta de pessoal é imensa."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso público para o fornecimento contínuo de materiais



em ferro fundido a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento até ao limite de € 295.000,00 + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão. -----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para aquisição de serviços de outsourcing para desmaterialização de processos, pelo período de 1 ano, pelo preço base de 69.600,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro -----

Ausências: uma (01) Adriano Ferrão -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia



de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para o fornecimento de placas de inauguração em acrílico e moleanos - 2019 e 2020, pelo preço base de 10.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Vereador Rogério Neto, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta prévia para aquisição de serviços de manutenção de fibra ótica e levantamento do cadastro da rede de fibra ótica do Município de Albufeira, pelo preço base de 45.250,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de medicina no trabalho, até ao limite de 80.640,00 + IVA;-----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto, dos pontos dez e onze e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2019, incluindo a 4.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 4.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----



O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Estamos perante a quarta revisão, este ano, aliás tem sido um modo em todos os anos anteriores, que é um número de alterações, quer ao orçamento quer às grandes opções do plano, entendemos que, de facto no caso concreto, não há grandes alterações, grande proposta de alteração e de facto, pensamos que, mais uma vez se está a perder a necessidade de se fazer as alterações necessárias, nomeadamente até faladas agora pelo Jorge do Carmo, Presidente da Junta de Freguesia e outras situações que temos vindo a tentar discutir durante longos anos. Mais uma vez, um momento perdido e nesse sentido, quer numa situação, quer noutra, até porque entendemos que não é nosso modo querer obstar estas pequenas alterações, mas entendemos que ficam aquém e por isso mesmo, o nosso voto será a abstenção."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia-----

Votos a favor: onze (11). Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Serôdio e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia-----

Votos a favor: onze (11). Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar



Meirinho, Rui Serôdio e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do BE, da recomendação "Agravamento do IMI para prédios devolutos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Esta recomendação vem no seguimento da proposta que já tinha sido feita, no final do ano passado, quando veio o IMI a aprovação na Assembleia Municipal. Acaba por sublinhar o que já tinha sido falado na altura."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente à recomendação, estamos de facto a favor da mesma, até porque ela não faz mais do que referir aquilo que vem já determinado em lei. Portanto, o que diz a lei é que os municípios deverão definir os critérios para aplicação destas novas taxas de IMI. Nada mais do que lembrar que o município deverá proceder à definição dos referidos critérios. Parece-me por demais evidente que não poderia ser votada se não a favor."-----

Presidente da Câmara: "Realmente já decorre do decreto de lei que foi publicado este ano, portanto, é perfeitamente legítima essa pretensão. Obviamente, que se encontre e haja possibilidade de identificar e quantificar todos esses prédios existentes, porque não pode haver enganos, não pode ser na porta ao lado, tem de ser naquela porta."-----

Pedro Coelho: "Essa questão da porta ao lado deixou-me aqui com sérias dúvidas. É possível definir um polígono e temos de voltar a uma matéria já muito discutida na Assembleia, temos as ARU's e as ARU's são uma porta de entrada para este diploma. Isto é, se queremos reabilitar aquelas zonas, se queremos dotadas de novas habitações, são áreas a reabilitar, são áreas privilegiadas para este tipo de abordagem. Mas o município terá oportunidade de repensar sobre essa questão, espero é que não muito demoradamente, como as revisões das ARU's ou as novas ARU's. Porque senão no período antes da ordem do dia de várias Assembleias teremos de voltar a colocar essa questão."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta do BE, do Voto de "Saudação à 2.ª Marcha LGBTI + Algarve; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Já vem um bocadinho atrasada, visto que a marcha foi no início do mês passado." Lê documento. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: dois (02) Ana Cristina Oliveira, Francisco Guerreiro -----

Abstenções: nove (09) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Rui Gago, Adriano Ferrão, Vítor Vieira, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Serôdio e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Votos a favor: treze (13) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Ana Cristina Oliveira: "Paço a ler a minha de declaração de voto. No dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezanove, passaram cento e cinquenta anos sobre a abolição da escravatura em Portugal e em todo o império. Este foi um marco importante na



assunção da liberdade do ser humano, na consagração da aceitação dos direitos de liberdade e garantias que se encontram reconhecidos na declaração universal dos direitos humanos. No dia quinze de novembro de dois mil e dezoito passaram quarenta e quatro anos sobre a data em que as mulheres portuguesas viram reconhecido o seu direito ao voto. Este facto constituiu um reconhecimento de igualdade de género, como o direito humano dando à mulher igualdade de acesso e à plena participação nas estruturas de poder e tomada de decisão. No dia dezasseis de setembro de dois mil e dezassete, comemorou-se o centenário da abolição da pena de morte em Portugal. Aliás, o nosso país foi o primeiro estado soberano da Europa a abolir a pena de morte, demonstrando a sua preocupação no reconhecimento dos direitos humanos. Outros acontecimentos semelhantes que também visaram a garantia das liberdades individuais podiam ser referidos. Em outros casos referidos que houve nesta Assembleia qualquer moção no sentido de exaltar estes eventos. Ainda assim, pessoalmente, considero que estas são batalhas ganhas que dispensam grande exaltação. Em conclusão, embora seja a favor do conteúdo da moção e na minha vida pessoal tenha amigos com diferentes orientações sexuais, o que não me impede de desenvolver fortes laços de amizade, não vejo qualquer necessidade na sua apresentação, daí ter votado contra."-----

Presidente da Assembleia: "Também vou fazer declaração de voto. Muito explicitamente, a minha abstenção vai no sentido de que se trata apenas de uma saudação à marcha e não aos direitos. Os direitos estão consagrados na lei e nós sabemos, muitas vezes que, a lei e prática não são exatamente a mesma coisa. Por saber disso, digo que qualquer orientação sexual, qualquer orientação de género, qualquer orientação política, do que quer que seja, não merece uma saudação, merece sim um repúdio àqueles que atuam de forma contrária. Não voto contra por estes motivos, mas abstenho-me, porque ao estar a saudar a existência de direitos não é a mesma coisa que repudiar aqueles que de uma forma, perdoem-me a expressão, execrável são homofóbicos, são homo transgénero, o que quer que seja, quer em termos de orientação sexual, quer em termos de raça, quer em termos de orientação política, quer em termos de orientação religiosa, quer em termos de qualquer tipo de orientação. Portanto, sem me querer alongar mais, acho que é explícito o porquê da minha abstenção. Sou um defensor dos direitos, sou um defensor das liberdades, não consigo e não posso e iria contra os meus princípios básicos, saudar uma marcha, quando aquilo que eu quero é saudar a liberdade de orientação sexual, de orientação política, de orientação de género. Portanto, se aqui viesse uma proposta de saudação ao facto se sermos um país democrático, um país de direito, em que respeita estes, eu seria o primeiro a levantar a mão. Agora, não consigo votar a favor da saudação da marcha, porque é uma questão de essência, no que diz respeito ao estado de direito democrático, a existência desta liberdade. O facto de existir esta marcha, é a



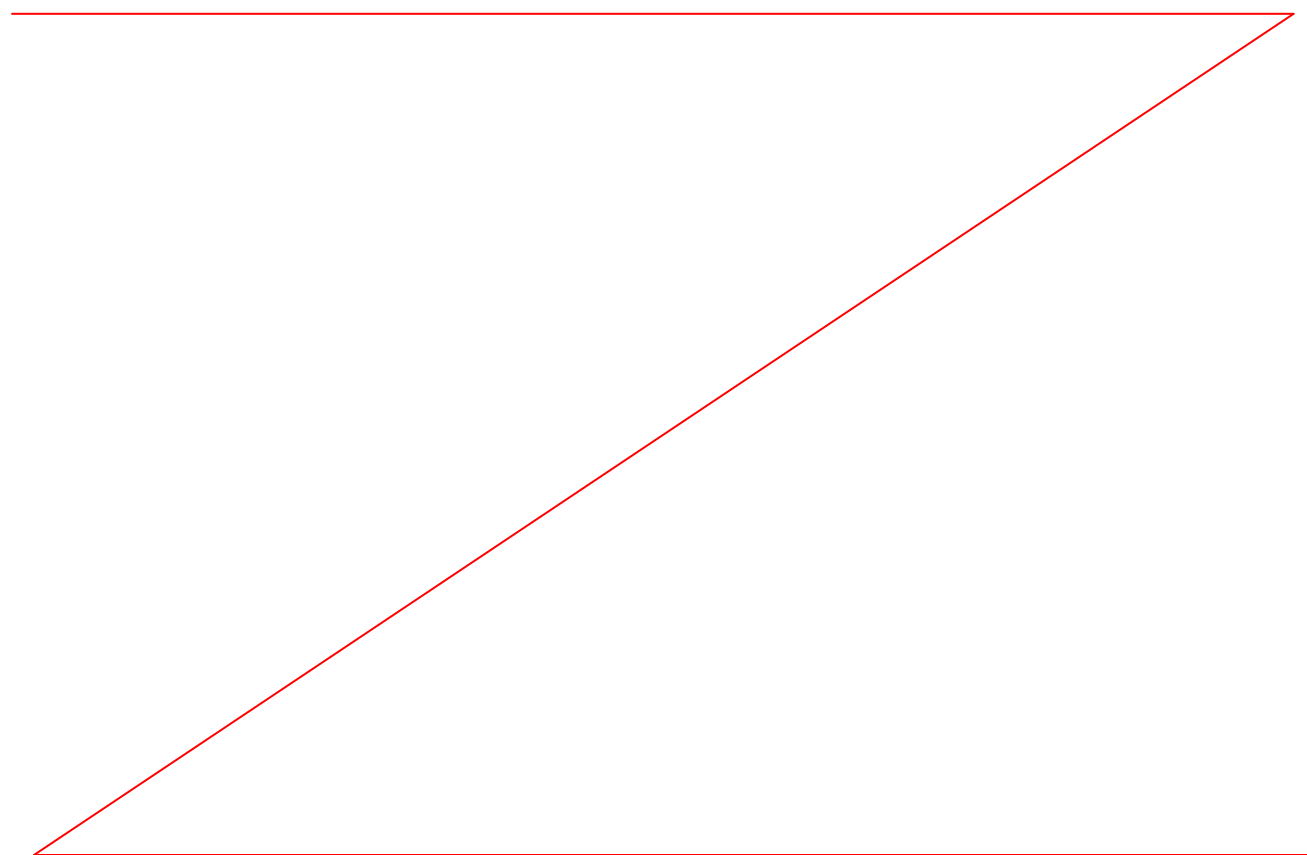
manifestação do estado de direito, portanto o meu sentido de voto vai, única e exclusivamente nesta questão, muito pelo contrário, não de conteúdo, mas abrangendo a liberdade de manifestação em todas as suas áreas." -----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 25 de Julho de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





De: Tomás Cavaco Ramos <tomas.fcr@gmail.com>
Enviado: 25 de julho de 2019 21:43
Para: Assembleia Municipal de Albufeira
Assunto: Intervenção (na íntegra) Assembleia Municipal 25/07/2019

Boa noite, tudo o que vou dizer aqui são opiniões minhas e posso estar errado sobre algumas questões, apesar de ter confiança de que as afirmações que me fizeram chegar, vou tentar ser breve para não exceder os 5 minutos e tentar endereçar as minhas questões às entidades responsáveis em primeiro lugar gostaria de fazer um reparo sobre o concurso de vendedores ambulantes anteriormente colocado nas assembleias municipais, acho ridículo elaborarem um concurso que aparentemente beneficia a fuga ao fisco e ainda para mais não teve como critérios a principal fonte de rendimento, uma vez que possivelmente favoreceu pessoas que são proprietárias de estabelecimentos comerciais.

A minha primeira pergunta é para a pessoa, Srª Vereadora Cláudia Guedelha actualmente responsável pela venda ambulante:

- É a situação da senhora que veio cá queixar-se na última assembleia como está a ser tratada? Fui informado que hoje se iria reunir com a vereadora responsável, mas a situação não é única, há mais pessoas na rua Santana.

Acho vergonhoso, colocarem as senhoras na rua Santana!

Mas pouco me espanta do que provém deste executivo, uma vez que temos vendedores aparentemente favorecidos no concurso de atribuição de espaços, que para além de não estarem a vender o produto para o qual concorreram, ainda têm o desprazer de vender material que infringe as normas propriedade industrial, para além disso vendem produtos para crianças que não respeitam as normas da comunidade económica europeia e não têm um selo de certificação comercial, agora pergunto à Sr. Vice Presidente se é este tipo de venda que o executivo apoia? E onde atua a fiscalização aqui? É necessário que algum município apresente uma queixa à ASAE para a situação ficar resolvida?

Para o Senhor Presidente:

- 1) Numa cidade que cada vez tem menos estacionamento, à semelhança de outras cidades em Portugal, para quando a criação de um dístico de morador?
- 2) O actual executivo prevê a elaboração de um estudo sobre o Turismo em Albufeira? Para ter um plano de execução relativamente aos inúmeros problemas relacionados com este tópico, se sim, o que tem em mente?
- 3) Na sequência de uma questão colocada pela senhora Ana Vidigal na AM anterior, pergunto para quando uma reestruturação da linha do Giro?

Linha Vermelha 1- Deveria ir do Valc Santa Maria Pela estrada de Patroves até ao Castelo por exemplo, abrangindo muito mais população. Em vez de transitar repetidamente pela Rua Fernando Pessoa.

- 4) Para quando a utilização de bilhetes electrónicos para este serviço de transporte urbano?
- 5) Relativamente à melhoria das vias pública, faz-me um bocado confusão das prioridades estabelecidas pelo executivo, como está a situação da estrada que une a Guia a Valc Parra ?
- 6) Para quando uma intervenção na Avenida dos Descobrimentos, desde a Rotunda dos Golfinhos até à Marina de Albufeira? Ou este troço não interessa por não existirem eleitores residentes no mesmo ?
- 7) Quando é que vai ser a reunião do PDM?



E pergunto-lhe se há alguém que tem acesso a informação privilegiada uma vez que há uma insistência de aquisição de terrenos agrícolas nomeadamente a imigrantes proprietários e não entendo o porque dessa insistência uma vez que não são terrenos urbanos?

À Sr.ª Vice-presidente, Ana Pifaro:

- 7) Relativamente a Obras neste município, a que nível é que está a fiscalização e como explicam os entulhos que são colocados ilegalmente em terrenos particulares, nomeadamente o entulho no vale Santa Maria? E como me explica a ambiguidade que existe entre os mapas cadastrais e os mapas da CCDR? É como convém as regras? Porque aparentemente há um desrespeito da área de erosão e da reserva ecológica nacional, nomeadamente em projectos aprovados pelo executivo, mais especificamente no Cerro da Águia?
- 9) Como me explica os caminhos públicos que estão nos mapas da CCDR serem vedados por privados, nomeadamente na Baleeira no acesso que dava à praia da Maré? Tem influência o dono da casa ser famoso? E a praia dos Aveiros? E no Cerro da Águia?
- 10) A aprovação de projectos pelo executivo prevê o histerese nas zonas em causa? Como é possível ser aprovado um condomínio com 44 moradias, numa rua que tem 280 cm de largura? E a aprovação de projectos não prevê por exemplo aumentar a quantidade de caixotes de lixo?
- 11) Relativamente à rua primeiro de Dezembro, acho que é ridícula a situação de 5 meses de conclusão após o previsto. O prazo não foi cumprido, a empresa em causa não deveria ter que indemnizar a autarquia? A CMA está a pensar em continuar contratar novamente esta empresa? Se sim, está a pensar em premiar a mesma pela serviço como fez com a Ecoambiente?
- 12) Relativamente ao orçamento participativo? No ano de 2017 para o OP sugeri a Criação de um aplicativo para smartphones, ios e android, contendo informações sobre Albufeira o qual foi recusado por:

"3- Nos termos da alínea g) do mesmo artigo 17.º, por haver incompatibilidade com outro projeto municipal, não são consideradas elegíveis as seguintes propostas"

Essa incompatibilidade era a app do Beacons, um sistema que usa Bluetooth ou seja só serve curtas distâncias, é essa a incompatibilidade.

Então pergunto, para quando uma aplicação que realmente sirva a cidade sirva os munícipes e as pessoas que nos visitam, que contenham informações realmente úteis e sirvam realmente para algo, como por exemplo:

- Agenda Cultural;
- Aquisição de títulos de transporte da rede urbana Giro;
- Emissão de senhas electrónicas para os serviços camarários;
- Farmácias de Serviço;
- Uma ferramenta que permita os munícipes reportar diversas situações no concelho;
- etc.

13) Relativa ao edifício situado do lado da GNR em Paderne, que está a cair, inclusivamente tem umas baias de proteção que são retiradas aquando a feira medieval. É uma situação do conhecimento da Sr.ª Vice-presidente Ana Pifaro, que inclusivamente no ano transato ordenou que as baias fossem retiradas, na festa branca do ano passado, colocando em causa a vida de quem por ali se desloca. Como está essa situação e se este ano se vai voltar a repetir o procedimento?

14) Quando é que vamos realmente valorizar os artistas locais, por exemplo, a Vanessa Barragão é uma artista albufeirense, conhecida mundialmente e foi homenageada no dia da mulher, isso é suficiente, para quando uma exposição da Vanessa na Galeria Bailote ou na Samora Barros, para dar a conhecer o seu trabalho aos albufeirenses e às pessoas que nos visitam?

Ao Sr. Vereador Rogério Neto



- 14) Por deter o pelouro de Património Municipal, Relativamente a algo abordado na última AM e presente no ponto 2 desta :
Desafetação de espaço do domínio público para o privado, na zona da Corcovada
Processo número LO1 267/1977
O ponto 9.1, em que a requerente Octur – Organização e Construções do Algarve SA, propõe pagamento em numcrário de compensação ao município, de 37.200,13€
Artigo 44.º - Cedências
Nº4 do REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO
Diz que a compensação é nos termos em regulamento municipal.
Num total de 856,83 metros quadrados.
Ou seja, 43,41€ por metro quadrado.
A minha pergunta é quem é responsável por este regulamento e como chegou a este valor ?
- 15) E a desafetação privada para o domínio cultural municipal como é o caso de ruínas históricas como a Torre da Mosqueira, por exemplo?
- 16) Polícia Municipal:
A PM passa autos que só descrevem a apreensão do material e não deveria também constar a infração ?
- 17) Artigo 48º-A Apreensão de objectos 1 - Podem ser provisoriamente apreendidos pelas autoridades administrativas competentes os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contra-ordenação, ou que por esta foram produzidos, e bem assim quaisquer outros que forem susceptíveis de servir de prova.
- 18) Continua ou alguma vez foi sócio da empresa Ronetur, Lda.? Gostaria de saber se vale a pena denunciar esta empresa à Polícia Municipal uma vez que tenho registo fotográfico do incumprimento regulamento municipal referente a esta empresa?
- 19) Onde é possível ver a lista de empresas sancionadas pela policia municipal?
- 20) Corrija-me se estiver enganado, mas a venda não autorizada de produtos na praia é da jurisdição da Polícia Marítima, a minha pergunta é quando essa venda é efectuada por funcionários de estabelecimentos que estão na jurisdição da policia municipal, essa ocorrência não faz parte da jurisdição da policia municipal?
- 21) Ainda hoje tentei por duas vezes ligar para a Polícia Municipal à qual não obtive resposta, as Touradas licença para passar publicidade sonora neste dias contrariamente ao que foi publicado na imprensa local?
- 22)
Finalmente, a minha última pergunta é para o executivo por completo, acho um bocado estranho que sempre que alguém vem colocar uma questão, em primeira mão é alegado desconhecimento das n situações. Não deveriam as informações ser do conhecimento do executivo que tutela as pastas, especialmente quando os assunto tem sido questionados pelos munícipes ao longo deste mandato?

Atenciosamente,
Tomás Cavaco Ramos



VOTO

SAUDAÇÃO À 2.ª MARCHA LGBTI+ ALGARVE

Este ano celebram-se os 50 anos da Revolta de Stonewall, em Nova York, nos Estados Unidos. Foi no dia 28 de junho de 1969 que - depois de a polícia ter entrado num bar que recebia abertamente homossexuais, o Stonewall Inn - se iniciaram uma série de revoltas contra as constantes investidas das forças da ordem aos locais de encontro das pessoas LGBT desta cidade. Estas iniciativas acabariam por resultar em vários movimentos e organizações pelos direitos LGBT por todo o país, alastrando este movimento para o resto do mundo. Dois anos depois começariam a surgir as primeiras marchas de orgulho gay em Nova York, Los Angeles, São Francisco e Chicago, em comemoração do aniversário dos motins. Depois disso, e depois de muitas lutas, o mês de junho tornou-se no mês do orgulho LGBT por todo o mundo.

Em Portugal, a Marcha do Orgulho LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Interssexuais) começou na cidade de Lisboa há 20 anos atrás, pouco tempo depois de terem sido apresentados, na Assembleia da República, os primeiros projectos-lei para acabar com a discriminação introduzida pela Lei das Uniões de Facto. Hoje, 20 anos depois, surgem Marchas do Orgulho por várias cidades do país, tendo-se celebrado no dia 8 de junho a 2.ª Marcha LGBTI+ Algarve, em Faro, organizada pela Associação para o Planeamento Familiar.

Recordando que só em 1982 se consegue a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da



discriminação. A realidade hoje é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva.

No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, assinalamos aqui a importância da continuação e da participação em marchas deste âmbito, pelo seu cariz reivindicativo e histórico, de luta e resistência. Urge, portanto, a necessidade de uma luta pela igualdade. Não apenas na lei, mas também na sociedade.

A Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em ____ de _____ de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar a 2.ª Marcha LGBTI+ Algarve e todas as pessoas e organizações que contribuíram para esta iniciativa;
2. Remeter o presente documento para a organização da 2.ª Marcha LGBTI+ Algarve;

O membro eleito pelo BE à AM de Albufeira,
Miguel Pinheiro